

Alternativas para
a sobrevivência
do Pantanal



**CORRUPÇÃO
ELEITORAL: o que
diz o artigo 299**

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

3 PODERES

EXECUTIVO, LEGISLATIVO & JUDICIÁRIO

Mato Grosso

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

ANO XXVIII
EDIÇÃO Nº 92
SETEMBRO/2024



NOSSO JUDICIÁRIO

Alunos conhecem o
funcionamento do TJMT

NÃO VENDO MEU VOTO

AS ELEIÇÕES ESTÃO CHEGANDO. E NESTE
PERÍODO, ALGUNS CANDIDATOS OFERECEM
COMIDA, GASOLINA, ÓCULOS E ATÉ DINHEIRO.
COMPRAR OU VENDER VOTO É CRIME.



ACESSE
OS CANAIS DE
COMUNICAÇÃO
DA ALMT.



ALMT
Assembleia Legislativa

Perto de você para a mudança acontecer.

Por dentro do Poder Judiciário

Esta é a mais nova edição da revista 3 Poderes MT. Desta vez o nosso destaque é para o projeto Nosso Judiciário, que leva acadêmicos de Direito para conhecer o funcionamento do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. E ainda trazemos duas missões do período eleitoral: promover a inclusão e combater a corrupção.

Confira e se informe. Desejo a todos uma boa leitura!

Atenciosamente,



Vanessa Moreno

editora da RDM 3 Poderes Mato Grosso

SUMÁRIO

www.3poderesmatogrosso.com.br

SETEMBRO DE 2024 | EDIÇÃO 92



CAPA:
NOSSO JUDICIÁRIO:
 Alunos conhecem o funcionamento do TJMT

04 | **Opinião** | Cassiano Fernandes da Silva

06 | **Bastidores da República**

08 | **Executivo em Ação**

10 | **Legislativo em Movimento**

12 | **Direito, Justiça e Cidadania**

14 | **Nosso Judiciário**

17 | **Inclusão**

19 | **Corrupção Eleitoral**

20 | **Mato Grosso por Elas**

21 | **Meta para 2025**

23 | **Diálogos com a Sociedade**

26 | **Violência contra a mulher**

27 | **Estágio judicial**

29 | **Corrida do Judiciário**

30 | **Agricultura Familiar Jovem**

RDM 3 PODERES MT NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:

(65) 3623-1170 / 3622-2310
redacao@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:

ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
 (65) 3623-1170
 (65) 99682-1470

midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
 (65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHLEN GALITZKI

A REVISTA RDM 3 PODERES MATO GROSSO É UMA PUBLICAÇÃO



***Cassiano Fernandes da Silva**, advogado e servidor do Detran-MT

A modernização da Gestão de Pessoas no serviço público

A recente publicação da Portaria 5.127/2024 do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos – MGI, que estabelece diretrizes para a criação, racionalização e reestruturação de planos, carreiras e cargos no serviço público federal representa um marco significativo na busca por uma gestão de pessoal mais eficiente e moderna. Com o objetivo de simplificar processos, otimizar recursos e valorizar o servidor público, a nova normativa traz consigo um conjunto de inovações que, muito provavelmente, servirão de inspiração para os estados na reformulação de seus sistemas de gestão de pessoas.

Entre os principais pontos, destaca-se a busca pela simplificação dos planos, carreiras e cargos, reduzindo a complexidade do sistema e facilitando a gestão e a mobilidade dos servidores. Além disso, a normativa incentiva a criação de cargos com atribuições mais abrangentes, permitindo maior flexibilidade na alocação dos servidores e na adaptação às demandas da administração. A valorização do servidor público também é um ponto central, com a oferta de oportunidades de desenvolvimento e progressão na carreira. Por fim, a portaria enfatiza o alinhamento dos planos, carreiras e cargos com as metas e prioridades do governo, garantindo que a gestão de pessoal contribua para o alcance dos objetivos institucionais.

A nova portaria federal, ao estabelecer um marco normativo para a gestão de pessoas, pode gerar diversos impactos nos estados, servindo de modelo para aqueles que buscam reformar seus sistemas de gestão de pessoal, adaptando-a às suas realidades e necessidades específicas. Além disso, a publicação da portaria pode gerar uma pressão para que os estados alinhem suas legislações e práticas de gestão de pessoal

com as novas diretrizes, buscando maior eficiência e modernização.

A troca de experiências e a cooperação entre os entes federativos também podem ser intensificadas, com a possibilidade de desenvolvimento de projetos conjuntos e a criação de soluções inovadoras para a gestão de pessoas. No entanto, a implementação das novas diretrizes nos estados pode enfrentar desafios, como a necessidade de ajustes nas legislações estaduais, a

A troca de experiências e a cooperação entre os entes federativos também podem ser intensificadas, com a possibilidade de desenvolvimento de projetos conjuntos e a criação de soluções inovadoras para a gestão de pessoas

resistência de grupos de servidores e a falta de recursos financeiros.

Essa portaria representa um passo importante na direção da modernização da gestão de pessoal no serviço público brasileiro. É fundamental que os estados acompanhem de perto as discussões e as implementações das novas diretrizes, buscando adaptar as suas próprias realidades e construir um sistema de gestão de pessoal que valorize o servidor público e garanta a prestação de serviços públicos de qualidade.

Em suma, a nova portaria, ao simplificar processos, aumentar a flexibilidade, valorizar o servidor e alinhar a gestão de pessoas com as metas governamentais, contribui para a construção de um serviço público mais eficiente, eficaz e capaz de atender às demandas da sociedade. •

**VOCÊ PODE
SER MUITOS.**



REINVENTE-SE.

CASA  PRADO

CGU quer acabar com o sigilo de 100 anos sobre documentos do governo

A Controladoria-Geral da União (CGU) está avançando com um projeto de lei que visa alterar a Lei de Acesso à Informação (LAI) para acabar com o sigilo de 100 anos sobre documentos do governo, informa o jornal O Globo. A proposta, que ainda precisa ser aprovada pelo presidente Lula para ser encaminhada ao Congresso Nacional, está em análise pela Casa Civil. O objetivo principal da proposta é mudar o modo como o sigilo de informações é aplicado, com ênfase na avaliação do interesse público. Atualmente, diversos órgãos da administração federal negam acesso a documentos sob a justificativa de que contêm dados pessoais, sem considerar o interesse público envolvido. A nova proposta tornaria obrigatória a justificativa de servidores ao negar pedidos de informação, explicando por que não há interesse público no acesso ao dado solicitado.



Divulgação

Lei de Acesso à Informação foi sancionada em 2011

A Lei de Acesso à Informação, sancionada em 2011 no governo Dilma Rousseff, garante que informações solicitadas aos órgãos públicos sejam respondidas em até 30 dias e que sejam classificadas em níveis de sigilo conforme sua relevância para a segurança da sociedade ou do Estado. Atualmente, informações pessoais têm seu acesso restrito por até 100 anos, independentemente de classificação.



Divulgação

Inpe e OTCA discutem parceria de monitoramento da Amazônia

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, chefiou uma comitiva com integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em São José dos Campos (SP), para debater temas como monitoramento de queimadas e desmatamentos, previsão do tempo e clima, gestão de recursos hídricos e geoprocessamento. O diretor do Inpe, Clezio de Nardin, recebeu a diretora executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, e representantes dos países-membros da organização que reforçaram a importância da cooperação a ser formalizada entre as instituições no âmbito do monitoramento por satélite e análise ambiental nos países da região amazônica. O diretor Clezio de Nardin enfatizou a importância da cooperação para o Inpe e dos objetivos em comum com as instituições dos países integrantes da



Divulgação

OTCA nas áreas de monitoramento de desmatamento e de queimadas, de previsão e respostas a desastres naturais e de acesso ao espaço. A ideia é que o Inpe e a OTCA desenvolvam e compartilhem sistemas de apoio à gestão de ecossistemas e base de informações georreferenciadas. Estão previstos também treinamento para capacitação em análise de informações de sensores remotos, geração de mapas temáticos e técnicas de apoio à prevenção ou gestão de risco ambiental.



MME avança sobre o desafio dos combustíveis sustentáveis de aviação

O Ministério de Minas e Energia (MME) divulgou acordo de cooperação técnica voltado à implementação de um arcabouço regulatório para a inserção dos combustíveis sustentáveis de aviação (SAF) no Brasil. O acordo tem duração de 60 meses e foi firmado entre a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), vinculada ao MME, e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Para o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, a cooperação técnica está alinhada com o Projeto de Lei nº 528/2020, denominado PL do Combustível do Futuro, que institui, entre outras iniciativas, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV). A iniciativa também prevê a redução de emissões de gases de efeito estufa para o setor aéreo, a ser cumprido mediante utilização de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF). Entre os objetivos do acordo está a criação de um fórum informal, denominado Conexão SAF, do qual participarão, além das agências,



Divulgação

representantes dos diversos segmentos interessados no desenvolvimento de um mercado de SAF no país. Este fórum também será o veículo para a elaboração de estudos voltados aos desafios no estabelecimento de um sólido mercado de SAF no Brasil.

Auditorias nos sistemas eleitorais ocorrem antes, durante e depois das eleições



Divulgação

A Justiça Eleitoral oferece aos partidos políticos, às instituições e à sociedade civil diversas oportunidades de auditoria da urna eletrônica e dos sistemas eleitorais. Essas possibilidades de auditoria ocorrem antes, durante e depois das eleições, inclusive para o pleito deste ano. Conforme a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.673/2021, a auditoria é o exame detalhado que verifica se os softwares (programas de computador) estão implementados de acordo com as normas e os procedimentos legais. O objetivo principal é checar se eles estão funcionando normalmente. A abertura do código-fonte das urnas eletrônicas e dos sistemas eleitorais para inspeções pelas entidades fiscalizadoras legitimadas teve início com a inauguração do Ciclo de Transparência das Eleições 2024, em 4 de outubro de 2023 – ou seja, mais de um ano antes do pleito.

DITO & FEITO

“Precisamos sair desse luto e ir para a luta. Os órgãos responsáveis devem realizar as apurações devidas. Precisamos garantir o direito dos denunciantes e o amplo direito de defesa. Não vamos olhar para trás, vamos olhar para a frente”

Macaé Evaristo, nova ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, se referindo às denúncias de assédio sexual contra o ex-ministro Sílvio Almeida

“Com o novo acordo [com o Inpe], poderão ser desenvolvidos mecanismos de compartilhamento de tecnologias, sistemas e metodologias de monitoramento ambiental, fundamentais para todos os países em relação às políticas de preservação da Amazônia.”

Vanessa Grazziotin, diretora executiva da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)



Divulgação

Comandante dos Bombeiros de MT alerta para incêndios provocados durante a seca

O comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso, coronel Flávio Glêdson Bezerra, destacou que o calor intenso e a seca prolongada têm agravado os incêndios no estado, intensificados pela ação humana. Durante entrevista ao Jornal do Meio-Dia, ele ressaltou a importância da conscientização da população para evitar o uso de fogo, que, além de crime, é um risco à vida e ao meio ambiente. O Governo já investiu R\$ 74,5 milhões em ações de combate aos incêndios e reforço de efetivo, mas a colaboração popular é essencial para controlar a situação.



Divulgação

Programa SER Família Habitação oferece 773 casas com entrada facilitada em Primavera do Leste

O Programa SER Família Habitação, criado pela primeira-dama Virgínia Mendes, está com 773 casas disponíveis no Residencial Jardim dos Ipês, em Primavera do Leste. Na modalidade de Entrada Facilitada, o governo estadual oferece subsídio de até R\$ 20 mil para ajudar famílias a adquirirem sua casa própria. O programa é operado pela MT Par em parceria com a Caixa Econômica Federal e visa facilitar o acesso à moradia para famílias que enfrentam dificuldades em pagar a entrada de um imóvel. Interessados devem se cadastrar no Sistema de Habitação de Mato Grosso (Sihab-MT).



Divulgação

Seplag-MT entrega Relatório Conclusivo do PPA 2020-2023 ao TCE

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MT) entregou ao Tribunal de Contas de Mato Grosso o Relatório Conclusivo do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. O documento destaca os resultados alcançados em áreas como saúde, segurança e digitalização de serviços públicos. Segundo o secretário Basílio Bezerra, o relatório é fundamental para otimizar recursos e melhorar a gestão pública. Dados indicam que 90% dos objetivos estratégicos foram atingidos, com avanços na prestação de serviços e modernização de setores essenciais.



Divulgação



Divulgação



Governador de MT pede leis mais rígidas contra crimes ambientais

O governador **Mauro Mendes** cobrou do Congresso Nacional a criação de leis mais rigorosas para punir quem provoca incêndios criminosos em Mato Grosso. Em entrevista à Jovem Pan News, Mendes destacou a necessidade de penas mais severas para combater crimes ambientais, afirmando que a legislação atual é branda e permite que criminosos sejam liberados rapidamente. O governador destacou que a maioria dos focos de incêndio ocorre em áreas de conservação e reforçou o compromisso do estado em combater os incêndios, com investimentos de R\$ 360 milhões nos últimos seis anos.

Divulgação



Animais da Transpantaneira estão bem, apesar da estiagem

Apesar da intensa seca que afeta o Pantanal desde o final de 2023, especialistas garantem que os animais da Transpantaneira, em Poconé, continuam em boas condições e com acesso à água. A perfuração de poços artesianos pelo Governo de Mato Grosso, além da criação de trilhas d'água pela Secretaria de Meio Ambiente (Sema), tem assegurado a sobrevivência de espécies como jacarés e tamanduás, mesmo nas condições adversas do bioma.

Divulgação



Modernização do Hospital Adauto Botelho avança e será concluída em 2025

As obras de expansão e modernização do Hospital Adauto Botelho, em Cuiabá, alcançaram 55% de execução, com previsão de conclusão em 2025. O projeto, que inclui a nova ala masculina e diversas melhorias na infraestrutura, conta com investimento de R\$ 34 milhões. O hospital, parte do Centro Integrado de Assistência Psicossocial (Ciaps), terá uma estrutura moderna com consultórios, quadra esportiva e novos espaços de terapia. A reforma visa garantir um atendimento mais humanizado e eficiente na saúde mental de Mato Grosso.

Assembleia Legislativa aprova projeto para emissão digital de atestados médicos em MT

O Plenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso aprovou, em segunda votação, o projeto de lei (PL 1526/2023) que propõe a emissão preferencial de atestados médicos por meio digital no estado. Apresentada pelo deputado **Diego Guimarães** (Republicanos), a medida busca reduzir fraudes em afastamentos de trabalhadores nos setores público e privado. Após a sanção do governador Mauro Mendes, os estabelecimentos de saúde terão até dois anos para implementar o formato digital. A proposta inclui regras para a justificativa de atestados físicos e prevê sanções para descumprimento.



Divulgação

Deputado propõe parcerias para combate a incêndios florestais em MT

O deputado estadual Sebastião Rezende sugeriu na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) a formação de parcerias entre o governo estadual, prefeituras e empresas de aviação agrícola para combater as queimadas. A proposta visa à contratação de brigadistas e o uso de aeronaves no combate aos incêndios florestais, que já somam mais de 36 mil focos no estado em 2024, segundo o Inpe. O parlamentar destaca a urgência de ações coordenadas devido aos graves impactos ambientais e de saúde causados pelos incêndios, além do reconhecimento de situação de emergência em 58 municípios.



Divulgação

Priscila Dourado assume cadeira na Assembleia Legislativa de Mato Grosso

A primeira-dama de Alto Araguaia e suplente de deputada estadual, **Priscila Dourado** (PSB), tomou posse na Assembleia Legislativa de Mato Grosso no dia 11 de setembro, substituindo o deputado Beto Dois a Um (União) durante sua licença. Na sessão presidida pela deputada Janaina Riva (MDB), Dourado expressou sua gratidão e compromisso em representar o Vale do Araguaia e o estado de Mato Grosso. Ela também agradeceu ao deputado Max Russi (PSB) pela oportunidade e ao deputado Beto Dois a Um pela sensibilidade em conceder a licença. O deputado Max Russi destacou o momento positivo com a posse de três novos deputados e elogiou Dourado como uma mulher de fibra e corajosa.



Divulgação

Evento da ALMT discute violência psicológica contra a mulher

A Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) promoveu o “Gaslighting! Um evento sobre violência psicológica”, reunindo especialistas para esclarecer a natureza e os impactos da violência psicológica contra a mulher. A subprocuradora **Francielle Brustolin** destacou a importância de desmistificar esse tipo de agressão, que muitas vezes passa despercebido pela vítima e pela sociedade. A especialista em neurociência, Kelly Arfux, apresentou técnicas de manipulação usadas por abusadores emocionais. O evento incluiu palestras, relatos e o lançamento do e-book “A Violência Doméstica Silenciosa Praticada pelo Narcisista Perverso”, visando aumentar a conscientização e fornecer recursos para as vítimas. Dados recentes indicam um aumento significativo de casos de violência psicológica na justiça, evidenciando a necessidade urgente de educação e prevenção.



Divulgação

Projeto de lei visa aumentar a segurança elétrica em Mato Grosso



Divulgação

Durante a 15ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), foi aprovado o parecer favorável ao Projeto de Lei (PL) 165/2024. A proposta, do deputado **Júlio Campos** (União), busca que as concessionárias de energia desenvolvam campanhas de conscientização sobre segurança elétrica em eventos climáticos extremos, como calor intenso e seca. Com o objetivo de reduzir os riscos de acidentes e incêndios relacionados à rede elétrica, a lei promoverá a educação sobre medidas preventivas e os cuidados necessários para proteger a vida e a infraestrutura elétrica das residências. O projeto ainda precisa passar pela segunda votação em plenário antes de ser enviado para sanção do governador Mauro Mendes.

Audiência pública discute regularização fundiária de quilombos em Mato Grosso

No dia 9 de setembro a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) sediou uma audiência pública sobre a regularização fundiária de comunidades quilombolas, promovida pelo deputado Valdir Barranco (PT). O evento, realizado no Plenário das Deliberações Renê Barbour, foi dividido em duas partes: pela manhã, foram debatidos os desafios da regularização fundiária com representantes do Incra, Conab, MDA e MP; à tarde, uma mesa técnica e uma oficina sobre compras públicas foram conduzidas para ouvir reivindicações e promover a regularização das terras. Barranco destacou a necessidade urgente de avançar na demarcação e regularização dos territórios quilombolas, que enfrentam morosidade e falta de apoio político. O presidente do Incra, Joel Machado de Azevedo, reconheceu a lentidão dos processos e a necessidade de reestruturação para atender às demandas. A audiência evidenciou a luta contínua das comunidades por reconhecimento e titulação de suas terras, essencial para o acesso a políticas públicas e desenvolvimento regional.



Divulgação

TJMT mantém validade da Emenda à Lei Orgânica de Campo Novo do Parecis

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso decidiu, por unanimidade, que a Emenda nº 23 à Lei Orgânica Municipal de Campo Novo do Parecis, que estabelece a necessidade de autorização legislativa para concessão de serviços públicos, é constitucional. Com a decisão, a exigência de autorização legislativa para concessão e permissão de serviços públicos permanece em vigor, garantindo um maior controle e fiscalização pela Câmara Municipal. O desembargador Guiomar Teodoro Borges, relator do caso, mencionou que a inclusão do serviço de saneamento na autorização legislativa, que anteriormente estava isento, não configura ingerência indevida entre os poderes. A decisão reafirma o compromisso com a legalidade e transparência na concessão de serviços públicos.



Paulo de Tarso

Inauguração da Ala Violeta marca avanço na inclusão de mulheres LGBTQIAPN+ em Mato Grosso

Na manhã do dia 12 de setembro, foi inaugurada a “Ala Violeta” na Penitenciária Ana Maria do Couto May, unidade feminina de Cuiabá. A iniciativa, promovida pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo de Mato Grosso (GMF-MT), em parceria com a Secretaria Adjunta de Administração Penitenciária (SAAP), é a primeira no estado a dedicar um espaço específico para mulheres LGBTQIAPN+, garantindo um ambiente seguro e separado das demais custodiadas. O juiz Geraldo Fidélis destacou a importância do projeto para a promoção dos direitos humanos e a inclusão, enquanto a diretora da unidade, Jaqueline Santi, ressaltou que a Ala Violeta atende a uma demanda antiga e avança na dignidade e reintegração social das mulheres encarceradas. A nova ala inclui sete cubículos e visa implementar políticas públicas de saúde e inclusão específicas para essa população. A iniciativa é considerada um marco histórico, promovendo segurança e respeito para uma das populações mais vulneráveis do sistema prisional.



Divulgação

TJMT mantém decisão e nega revalidação de diploma de médico

A Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) decidiu por unanimidade manter a sentença da comarca de Cáceres e negar o Recurso de Apelação de um médico que buscava a revalidação de seu diploma de Medicina estrangeiro pela Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). A universidade alegou falta de credenciamento para a revalidação e obteve nota dois no Conceito Preliminar de Curso, conforme a Portaria nº 1.151/2023 do Ministério da Educação (MEC). A relatora, desembargadora Maria Aparecida Ferreira Fago, citou decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e destacou que a Unemat não atende aos requisitos necessários para a revalidação, mantendo assim a autonomia administrativa da instituição e a sentença que negou a segurança pretendida. Participaram do julgamento a desembargadora Fago, o desembargador Marcio Aparecido Guedes e o desembargador Mário Roberto Kono de Oliveira.



Divulgação

Curso "Pré-Natal da Adoção" em Sorriso

O Poder Judiciário de Mato Grosso, em colaboração com a Associação Mato-grossense de Pesquisa e Apoio à Adoção (Ampara), promoveu o curso "Pré-Natal da Adoção" na comarca de Sorriso no dia 13 de setembro. Composto por seis módulos, o curso presencial visa preparar futuros adotantes e profissionais da rede de adoção, abordando questões essenciais do processo de habilitação. A juíza Emanuelle Chiaradia Navarro Mano, idealizadora do evento, destaca que esta é a primeira vez que o curso ocorreu presencialmente em Sorriso. Para a vice-presidente da Ampara, Lindacir Rocha Bernardon, que ministrou o curso, foi um momento de união e de desmistificação da adoção.



Divulgação

Sorriso ganhará nova unidade do Conselho Tutelar em 2025



Divulgação

A partir de janeiro de 2025, o município de Sorriso contará com uma nova unidade do Conselho Tutelar, fruto de um acordo judicial assinado no dia 10 de setembro. Mediada pela Comarca de Sorriso e envolvendo as procuradorias-gerais de Justiça do Estado e do município, a medida visa melhorar o acolhimento de crianças e adolescentes em situação de risco. O juiz Anderson Candiotto, coordenador do Cejusc e da Rede Unificada de Proteção de Sorriso, destacou que o acordo dobrará o número de conselheiros e ampliará a estrutura para atender à crescente demanda da população local. A prefeitura de Sorriso se comprometeu a investir em novos equipamentos, capacitação e veículos para o conselho. Com um crescimento populacional estimado em 20% ao ano, a nova unidade é uma resposta essencial para garantir melhores condições e serviços para a comunidade.

Golpistas forjam documentos judiciais para extorquir produtores rurais

Golpistas têm forjado documentos oficiais do Poder Judiciário de Mato Grosso para extorquir dinheiro de vítimas, como no caso recente envolvendo o marido da advogada Edilamar Rampanelli, de Comodoro. Ele recebeu um documento falso, alegando ser do Tribunal de Justiça e cobrando uma multa ambiental de R\$ 58.989,71, com ameaça de prisão e multas diárias em caso de não pagamento. A fraude foi descoberta após a vítima desconfiar da chave Pix fornecida pelo golpista e verificar a autenticidade do documento. O juiz Marcelo Sousa Melo Bento de Resende alertou sobre a crescente incidência de golpes eletrônicos, recomendando que as pessoas verifiquem a veracidade de qualquer comunicação oficial com um profissional jurídico ou diretamente com a secretaria da vara. É essencial denunciar esses casos às autoridades e registrar boletim de ocorrência para combater o estelionato.

Divulgação



Eleições em Mato Grosso terão Central de Intérpretes de Libras pela primeira vez

Estrutura, viabilizada em parceria com a Setasc, irá atender eleitores e eleitoras surdos e surdas

Da Redação

Este ano, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) contará com cinco intérpretes de Libras para auxiliar pessoas surdas na véspera e no dia da eleição. Isso será possível por meio de uma parceria firmada com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania

(Setasc-MT). Os detalhes foram alinhados em reunião realizada no dia 10 de setembro, no Agora QuandoLab, laboratório de Inovação do Tribunal.

A iniciativa será viabilizada por meio do serviço prestado pela Central de Intérpretes de Libras (CIL), que faz parte do Centro de Referência de Direitos Humanos, vinculado à Setasc-MT. Os cinco

servidores da CIL ficarão na sede do TRE-MT, no sábado, dia 05 de outubro, e no domingo, 06 de outubro, durante todo o horário de votação.

Assim, eleitores e eleitoras surdos e surdas poderão entrar em contato com os intérpretes e obter diversas informações sobre as eleições, como local de votação, consulta à situação eleitoral, entre outras.

Cinco intérpretes de Libras irão auxiliar eleitores surdos na véspera e no dia das eleições

Fotos: Divulgação

O contato é feito por videochamada, na qual o intérprete de Libras consegue compreender a solicitação da pessoa surda, obter a informação ou serviço desejado e dar o retorno necessário.

O juiz auxiliar da Presidência do Tribunal, Aristeu Dias Batista Vilella, ressaltou que esta é mais uma iniciativa da Justiça Eleitoral de Mato Grosso em busca de uma eleição mais acessível a todos e todas. “Esta reunião foi muito importante para avançarmos e definirmos os detalhes desta parceria, que é fundamental para atingirmos o maior número de pessoas possíveis que necessitem dessa acessibilidade. A atual gestão, sob o comando da desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, tem empreendido esforços nesse sentido e se preocupa com a inclusão social.



“Esta reunião foi muito importante para avançarmos e definirmos os detalhes desta parceria, que é fundamental para atingirmos o maior número de pessoas possíveis que necessitem dessa acessibilidade. A atual gestão, sob o comando da desembargadora Maria Aparecida Ribeiro, tem empreendido esforços nesse sentido e se preocupa com a inclusão social”

Tanto que no fechamento de cadastro, por exemplo, aumentamos de 12 mil para 16 mil o número de pessoas que informaram que necessitam de algum recurso de acessibilidade no cadastro eleitoral”, frisou.

A secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania, coronel PM Grasielle Paes Silva Bugalho, parabenizou o TRE-MT pela iniciativa e destacou a importância em proporcionar este serviço. “Para nós é motivo de alegria essa nova parceria, para proporcionar aos eleitores que têm surdez um atendimento diferenciado no dia da eleição com a Central de Intérpretes de Libras. Ou seja, dando para toda a população surda uma oportunidade para que ela possa acessar a urna de maneira segura e tirar todas as suas dúvidas. Então, nesse dia, para qualquer tipo de atendimento a central estará deslocada aqui para a sede do TRE, o que para a gente é uma inovação, é algo diferente, e vamos crescer e aprender juntos, para proporcionar o melhor atendimento para a nossa população”.

CAPACITAÇÃO

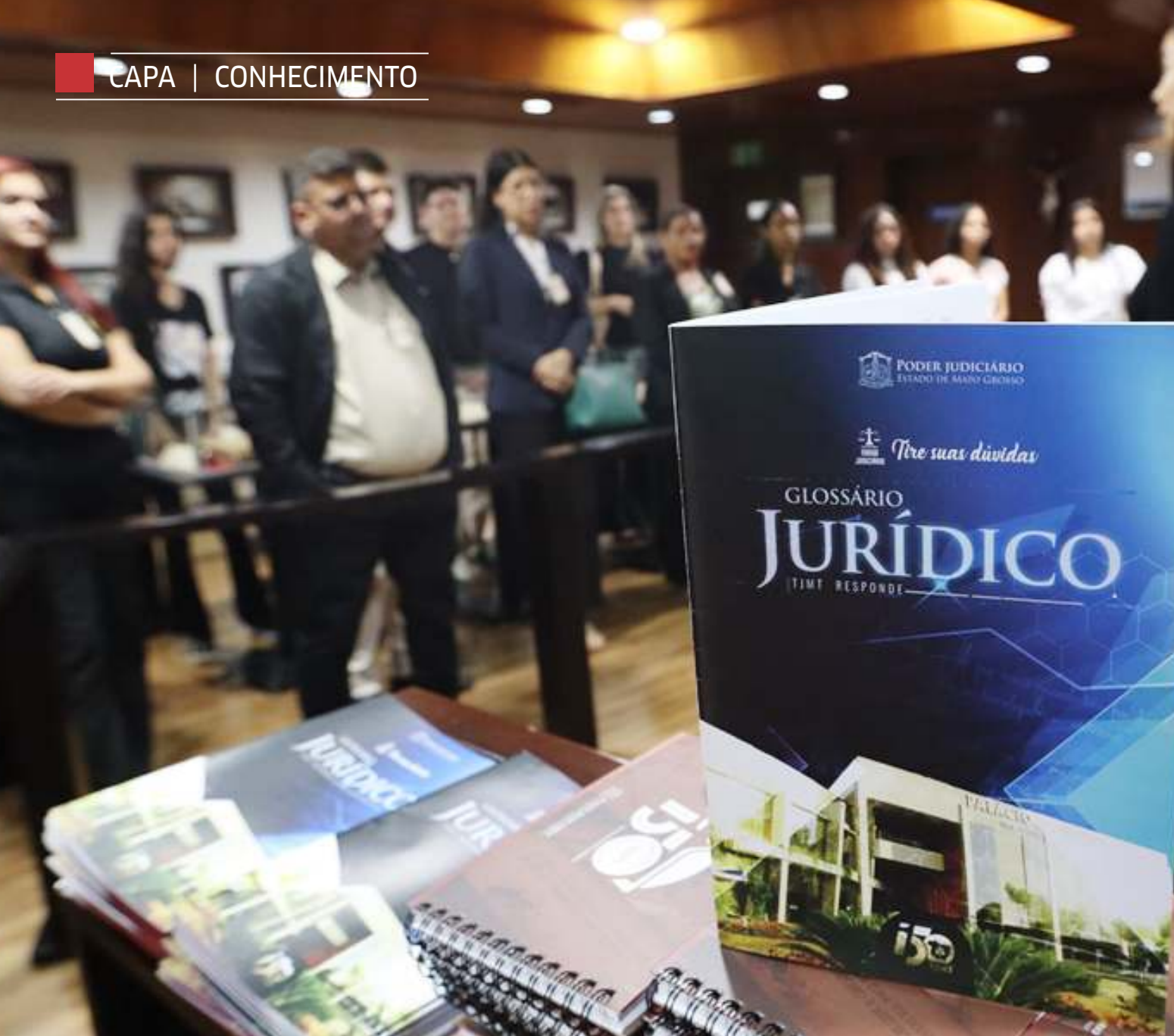
Para que os intérpretes de Libras atuem na véspera e no dia da eleição, está

prevista uma capacitação sobre os principais serviços eleitorais demandados na véspera e no dia da votação. O objetivo é que eles saibam como fazer as consultas e tenham as principais informações, já que serão os responsáveis pelos atendimentos às pessoas surdas.

COORDENADOR DE ACESSIBILIDADE

Além da Central, o TRE-MT também instituiu, para as eleições municipais de 2024, a função de coordenador(a) de acessibilidade, que irá ajudar na logística e no atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no dia 06 de outubro (1º turno) e 27 de outubro, em eventual 2º turno.

As atribuições do(a) coordenador(a) de acessibilidade serão: verificar se as condições de acessibilidade estão adequadas, adotar as medidas possíveis para aperfeiçoá-las e, no dia da eleição, orientar e atender as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse sentido, também os eleitores e eleitoras que não tenham informado a deficiência no cadastro eleitoral e que queiram registrar a situação no momento da votação poderão fazê-lo. ■



Nosso Judiciário

Acadêmicos do curso de Direito conhecem o funcionamento do Tribunal de Justiça

Da Redação



A aluna Heloysa Fonseca passou a ter vontade de se tornar uma magistrada, foi escolhida como 'futura juíza' da turma e recebeu o glossário jurídico do TJMT da juíza Cristiane Padim

“É satisfatório ter a oportunidade de compartilhar que o Poder Judiciário também oferta um espaço de diálogo, de construção de solução de conflitos, esse espaço de consensualidade, por meio dos métodos consensuais. Todas são metodologias que nos permitem olhar para o ser humano, ouvir o que o outro tem a dizer, nos escutar e também ter oportunidade de fala”

O Judiciário brasileiro possuía mais de 83 milhões de processos pendentes de julgamentos até o dia 31 de julho deste ano. Os dados são do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e mostram o tamanho do seu desafio em dar soluções e respostas à sociedade. Uma das saídas para redução desta demanda despertou a atenção dos acadêmicos de direito da Faculdade Investe de Cuiabá, que participaram do programa Nosso Judiciário, no dia 17 de setembro.

Ao todo, 20 estudantes conheceram um pouco mais da estrutura fisi-

ca e dinâmica de funcionamento do Poder Judiciário de Mato Grosso. Após acompanharem uma sessão da Primeira Câmara de Direito Privado, o grupo revisitou a história do TJMT, em visita ao acervo do Espaço Memórias do Judiciário. No local, eles foram recepcionados pela juíza auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça, Cristiane Padim da Silva. A magistrada contou aos acadêmicos que, ao longo de seus 17 anos de atuação no Judiciário, tornou-se uma grande defensora da autocomposição.

“É satisfatório ter a oportunidade de compartilhar que o Poder Judiciário também oferta um espaço de diálogo, de construção de solução de conflitos, esse espaço de consensualidade, por meio dos métodos consensuais. Todas são metodologias que nos permitem olhar para o ser humano, ouvir o que o outro tem a dizer, nos escutar e também ter oportunidade de fala.”

Para a juíza, além de as inovações beneficiarem todas as partes, a autocomposição é uma ferramenta capaz de reduzir o volume de litígios no Judiciário. “Podemos construir uma solução que atenda aos reais interesses dos envolvidos. Uma solução mais efetivas e rápidas, dessa forma ficam reservadas ao Judiciário apenas as matérias que tratam de situações que realmente há a necessidade de uma decisão”.

A observação feita pela magistrada chamou a atenção do acadêmico de direito Mychael Wenderson. Apaixonado por números, ele ficou impressionado com a quantidade de processos pendentes de soluções no país, mais de 83 milhões até julho de 2024. O estudante quis saber como resolver o desafio do Judiciário brasileiro, em que demandas processuais aumentaram 10%, apesar de a produtividade do Judiciário ter crescido 6%.

Conforme o acadêmico, o método da autocomposição tem potencial para transformar essa realidade. “É um método muito interessante, inclusive tenho conciliadores da minha família também. Eles sempre falam que esta é uma metodologia eficiente, seja para desafogar o Judiciário, quanto para auxiliar na resolução de conflitos. Porque, às vezes, como a própria juíza [Cristiane Padim] disse, se você se sentar um pouquinho e conversar com calma, você pode chegar a um acordo com as partes. Dessa forma, um conflito que poderia ficar dez anos pendente de uma decisão pode ser resolvido em uma conversa de 30 minutos”, destacou Mychael.

Já para a aluna Heloysa Fonseca, a vivência no TJMT despertou a vontade de se tornar uma magistrada. Ela foi a estudante escolhida como ‘futura juíza’ da turma e recebeu o glossário jurídico do TJMT da juíza Cristiane Padim.



“Na minha faculdade, todos os professores falam que precisamos esvaziar o copo para poder decidir futuramente o que vai ser. Acredito muito que o juiz tem um chamado, um propósito maior e quando aconteceu essa situação de eles me chamarem é confirmar algo que às vezes eu não pensaria”, comentou a aluna que planejava ser delegada.

A aluna também destacou a importância da representatividade feminina no Judiciário, e planeja



Acredito que o projeto desenvolvido pelo Poder Judiciário do estado de Mato Grosso traz um aspecto fundamental, que é a aproximação da sociedade com o Poder Judiciário. É a redução dessa distância que oportuniza aos alunos um pouco mais de conhecimento a respeito de como esse sistema funciona na prática”



Os alunos acompanharam uma sessão da Primeira Câmara de Direito Privado e conheceram o acervo do Espaço Memórias

fazer parte desse grupo. “Quando vejo a história do Judiciário com vários presidentes homens e poucas mulheres, me chamou muito a atenção. Agora, eu quero me colocar nesse ambiente, seja como juíza, promotora, mais presente nesse ambiente porque é o meu lugar também”, finalizou.

PROJETO NOSSO JUDICIÁRIO

O projeto “Nosso Judiciário” é

voltado para estudantes universitários, principalmente do curso de Direito, e aos alunos da rede estadual do ensino médio. A finalidade é aproximar a sociedade do Poder Judiciário.

Durante a visita, o professor de Direito Processual Civil Thomas Ubirajara destacou a importância do projeto para a formação dos acadêmicos.

“Acredito que o projeto desenvolvido pelo Poder Judiciário do estado

de Mato Grosso traz um aspecto fundamental, que é a aproximação da sociedade com o Poder Judiciário. É a redução dessa distância que oportuniza aos alunos um pouco mais de conhecimento a respeito de como esse sistema funciona na prática. Dessa forma, é possível aliar o conhecimento teórico de sala de aula com a vivência prática, com a experiência que hoje foi trazida pela magistrada”, finalizou o professor. ■



O que diz o artigo 299 do Código Eleitoral

O artigo 299 do Código Eleitoral brasileiro define essa prática como o ato de dar, oferecer, prometer ou receber, para si ou para outra pessoa, qualquer vantagem, como dinheiro, bens ou favores, em troca de votos

Da Redação

A corrupção eleitoral é um dos crimes mais graves durante o período de eleições. O artigo 299 do Código Eleitoral brasileiro define essa prática como o ato de dar, oferecer, prometer ou receber, para si ou para outra pessoa, qualquer vantagem, como dinheiro, bens ou favores, em troca de votos.

De acordo com a legislação, não é necessário que a vantagem seja efetivamente entregue ou recebida para configurar o crime. A simples promessa já caracteriza a corrupção eleitoral. Essa prática é punida com reclusão de um a quatro anos,

além do pagamento de multa que pode variar de cinco a quinze dias-multa.

Além disso, tanto quem oferece quanto quem aceita a vantagem pode ser responsabilizado. Candidatas e candidatos envolvidos em corrupção eleitoral, além de responderem criminalmente, podem sofrer sanções eleitorais, como a cassação do registro ou diploma, conforme previsto no artigo 41-A da Lei nº 9.504/97.

A oferta ou promessa de bens e vantagens, como cestas básicas, material de construção, emprego ou qualquer outro benefício configura uma tentativa de compra de votos, o que compromete a lisura do processo eleitoral. Por outro

lado, promessas genéricas feitas em comícios ou propagandas eleitorais não são consideradas corrupção, desde que não visem a eleitores ou eleitoras específicas em troca de votos.

“É fundamental que a sociedade esteja atenta a essas práticas e colabore para manter a integridade do processo eleitoral. A Justiça Eleitoral está disponível para receber denúncias de corrupção eleitoral por meio de seus canais de comunicação. Preservar a democracia e garantir que todo o processo eleitoral transcorra dentro da legalidade é dever de todos”, ressaltou a presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargadora Maria Aparecida Ribeiro.

processo eleitoral transcorra dentro da legalidade é dever de todos”, ressaltou a presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargadora Maria Aparecida Ribeiro.

DENUNCIE PRÁTICAS DE CORRUPÇÃO ELEITORAL

Pelo Pardal, aplicativo disponível gratuitamente no Google Play e App Store – não se esqueça de anexar documento, áudio ou vídeo que comprove a denúncia.

Ouvidoria Eleitoral: 0800647 8191/email: ouvidoria@tre-mt.jus.br
Ouvizap: 65-99280-5798. Também é possível realizar a denúncia de forma presencial, diretamente na Ouvidoria, que se situa na Casa da Democracia, prédio anexo ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

OCORRÊNCIAS

Nas eleições municipais de 2020, conforme dados do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), foram registradas 127 ocorrências criminais relacionadas ao pleito. Destas, 105 foram referentes à boca de urna, crime eleitoral que consiste na divulgação, no dia da eleição, de partido político ou candidatos(as), visando à promoção ou pedido de votos. Os demais registros foram: tumultuar local de votação (05); compra de votos (05); promover, no dia da eleição, para fraudar o exercício do voto, a concentração de eleitores, inclusive com fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo (04); fake news (02); violar sigilo de voto (02); transporte de eleitor (02); recusar ou abandonar o serviço eleitoral sem justa causa (01); injúria eleitoral (01). ■



Mato Grosso por Elas

Setasc entrega kits do Movimento MT Por Elas para bares, restaurantes e casas noturnas

Layse Ávila e Wilerson Macedo

O Secretária de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc) entregou 400 kits de conscientização do Movimento MT por Elas, do Programa Ser Família Mulher, para a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Mato Grosso (Abrasel-MT). O programa é idealizado pela primeira-dama do Estado, Virginia Mendes.

Com mensagens claras de apoio e medidas de prevenção à violência contra a mulher, os cartazes serão colocados nos estabelecimentos, especialmente nos banheiros femininos. Os kits serão distribuídos em bares, restaurantes, casas noturnas e outros estabelecimentos de lazer.

De acordo com a secretária da Setasc,

Grasi Paes Bugalho, o esforço conjunto das instituições, somado à informação disposta em todos os estabelecimentos, permite a continuidade do trabalho de garantia de direito e proteção das mulheres em Mato Grosso.

“Fizemos entregas hoje, na sede da Abrasel, dos kits referentes ao Movimento MT por Elas, do Programa Ser Família Mulher. É uma parceria de diversas instituições e, principalmente, associações como a Abrasel, que faz com que isso chegue aos bares, restaurantes e casas noturnas. É um meio de instruir e orientar as mulheres, que são vítimas de violência, como agir, caso isso aconteça. Estou aqui para agradecer, principalmente à Abrasel e a todos os parceiros, para que realmente a gente faça a diferença no estado de Mato Grosso”, acrescentou.

Para o gerente executivo de Relacionamento da Abrasel-MT, Márcio Sewo, o apoio da Setasc é imprescindível para resguardar o direito e a proteção de mulheres nos estabelecimentos.

“Vemos essa parceria como algo fundamental para ajudar as mulheres que podem ser vítimas de violência. É uma forma de tornar mais seguro para mulheres que são vítimas. Trata-se de um protocolo geral de segurança que pode ser seguido por todos os funcionários dos estabelecimentos. São medidas a serem tomadas, caso presenciemos casos de violência contra a mulher nesses locais. Isso é fundamental para que a informação e a prevenção à violência cheguem também aos bares e restaurantes de Mato Grosso”, ressaltou Márcio.

Um dos primeiros estabelecimentos a receber o kit do Movimento MT por Elas foi um restaurante da Capital. Segundo a gestora financeira e administrativa do estabelecimento, Anna Carolina Cassol Abraços, os kits são importantes para informar a todos sobre os diversos tipos de violência a que as mulheres são sujeitas nos estabelecimentos.

“Essa ação é fundamental, pois é muito importante acolher e orientar a todos, sobre a violência contra a mulher, que é feita de várias formas e muita gente não sabe. Já colocamos os cartazes informativos na nossa Taberna. Estamos atentos e à disposição de cada mulher que precisar desse auxílio”, concluiu. ■

MT terá 30 novas escolas cívico-militares

Atualmente, há 23 escolas estaduais sob a gestão da Polícia Militar e outras quatro pelo Corpo de Bombeiros Militar

Da Redação

Oeguindo o planejamento da Secretaria Estadual de Educação, Mato Grosso terá mais 30 novas escolas cívico-militares em 2025.

O anúncio foi feito pelo secretário de educação, Alan Porto, em reunião com a presidente da Assembleia Legislativa, Janaina Riva (MDB) realizada na manhã do dia 16 de setembro.

“Tivemos essa reunião para pedir apoio da Assembleia, nessa comunicação, nesse diálogo com a comunidade escolar, porque o processo de escolha vai passar por uma consulta aos pais e estudantes que vão participar dessa escolha. Então essa reunião foi para discutir todos esses pontos e pedir o apoio aqui da Assembleia Legislativa”, explicou o secretário.

Para a presidente do Parlamento estadual, Janaina Riva (MDB), a criação e transformação de escolas estaduais em militares, por meio de gestão compartilhada, garante melhores resultados educacionais. “É importante esse diálogo entre os poderes. Tanto é que foi aprovado aqui no ano passado o Projeto de Lei n.º 1821/2023 para ampliação das escolas

cívico-militares, inclusive com a grande maioria dos deputados fazendo a defesa dessa escola de maior qualidade para os alunos”, destacou.

A presidente destacou que o projeto de gestão compartilhada entre os servidores da educação e os policiais militares nas escolas que serão implantadas em Mato Grosso representa um aperfeiçoamento no sistema educacional. “Elas são um avanço porque a gente consegue, através das cívico-militares, atender aquelas crianças que mais precisam, porque a mudança vai começar nas escolas dos bairros onde temos maior dificuldade de manter os alunos em sala de aula, onde a evasão é alta e a vulnerabilidade é maior”, avaliou. São as escolas militares, com uma disciplina maior, com regimento maior, que têm demonstrado no estado de Mato Grosso o melhor índice do IDEB. Das dez mais bem avaliadas, sete são escolas militares”, destacou ela.

“Assembleia vai ajudar o governo nessa implementação das 30 novas escolas que serão transformadas em cívico-militares e nós vamos levar como um exemplo para, no futuro, avançar, porque



Anúncio foi feito pelo secretário de Educação Alan Porto

o projeto do Estado é chegar a 100 escolas cívico-militares”, finalizou a presidente.

Atualmente, há 23 escolas estaduais sob a gestão da Polícia Militar e outras quatro pelo Corpo de Bombeiros Militar, além de uma unidade cívico-militar efetivada em 2021, em Cáceres, somando 28 unidades militares. “A ampliação de escolas militares é um anseio da comunidade escolar. Nós temos solicitações aqui de prefeitos de praticamente os 142 municípios, de pais, de profissionais da educação e até dos próprios deputados, então o governo vai nessa direção”, garantiu o secretário de educação.

Porto explicou que o Estado está no processo de escolha das unidades e que, assim que definidas as indicações, haverá o diálogo com a comunidade escolar. “Nós estamos nesse processo agora de escolha dessas unidades, levando em consideração alguns critérios, a questão da evasão escolar, vulnerabilidade social, a questão da violência, então a gente quer



Tivemos essa reunião para pedir apoio da Assembleia, nessa comunicação, nesse diálogo com a comunidade escolar, porque o processo de escolha vai passar por uma consulta aos pais e estudantes que vão participar dessa escolha. Então essa reunião foi para discutir todos esses pontos e pedir o apoio aqui da Assembleia Legislativa”



A deputada estadual Janaina Riva (MDB) disse que a ALMT vai ajudar com a implementação das escolas

pegar uma escola que tem todos esses tipos de problemas e fazer uma transformação naquela comunidade”, adiantou o gestor.

O secretário adiantou ainda que o já foi realizado um processo seletivo para contratação de oficiais da reserva que integrarão a gestão compartilhada das escolas. “Nós fizemos um processo seletivo e foram selecionados 90 profissionais. Eles estão divididos em 12 municípios. Cuiabá, Várzea Grandes, Santo Antônio do Leverger, Nobres, Primavera do Leste, Tangará da Serra, e outros diversos municípios”, explicou. “Temos a expectativa de um novo processo seletivo. Como eu falei, a gente tem uma previsão de chegar a 100 escolas cívico-militares e a gente vai realizar outros processos seletivos para atender”, concluiu.

O critério para escolha das unidades que serão convertidas passa por uma avaliação de índices sociais e educacionais, além da participação de pais e alunos. “A lei de escolas cívico-militares diz que para a conversão da escola regular a instituição precisa ter índices elevados de violência escolar, índices elevados de evasão escolar e baixos índices de ensino-aprendizagem”, explicou a coordenadora de Escolas Militares em Mato Grosso, tenente-coronel Nájila de Moura Brandão.

“Então, estamos falando de ir para a conversão e escolas que tem essas três situações e mudar essa realidade, baseado principalmente em segurança, em permanência daquela criança na escola e melhoria das suas condições de ensino-aprendizagem”, destacou a militar. ■

Alternativas para sobrevivência do Pantanal

Fogo, queimadas e secas foram debatidos em podcast, no estúdio bolha do projeto Diálogos com a Sociedade

Da Redação

Em Mato Grosso, o total de focos de incêndio aumentou 220% entre 1º de janeiro e 9 setembro de 2024, se comparado ao mesmo período do ano passado, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O estado ocupa a quinta posição entre as unidades da federação que dobraram os focos de queimadas, contribuindo significativamente com a fumaça que cobre todo o país. Lideram a lista os estados de Mato Grosso do Sul (684%), São Paulo (425%) e Roraima

(233%), além do Distrito Federal (240%). A situação é agravada pela seca histórica no país, que deixa a vegetação vulnerável, somada às altas temperaturas.

O fogo, as queimadas e a seca foram assuntos no podcast do projeto Diálogos com a Sociedade, transmitido ao vivo diretamente do estúdio “bolha” montado no Shopping Estação Cuiabá. A promotora de Justiça Ana Luiza Ávila Peterlini de Souza, que atua na defesa do meio ambiente há 28 anos, e o fotógrafo José Medeiros, que documenta o Pantanal há quase 30 anos, foram convidados para

falar sobre o tema “Pantanal sob ameaça: caminhos para a sua sobrevivência”.

Ao iniciar o bate-papo, Ana Luiza Peterlini destacou que a situação é alarmante no Pantanal mato-grossense. “Com absoluta certeza, o Pantanal está sob ameaça, principalmente em razão das alterações climáticas, que muitas vezes são causadas pelas ações do próprio homem”, consignou, acrescentando, porém, que não se pode perder a esperança. O fotógrafo José Medeiros completou: “Já vi muita coisa ao longo dos anos, o Pantanal cheio e seco. Mas, de seis



O Pantanal mato-grossense vem sofrendo com a estiagem e o aumento do número de queimadas

“Precisamos ouvir mais essas pessoas que estão no Pantanal e sabem lidar com o fogo. Eles fazem isso há 300 anos. Se for necessário queimar, que seja na época certa, que os aceiros sejam feitos corretamente. O Pantanal precisa de um muxirum, do ajuntamento de pessoas, umas ajudando as outras”

anos para cá, temos passado por uma seca extrema, justamente em razão das mudanças climáticas. E, apesar de esperar que o ano seguinte seja melhor, o que vejo, na prática, é a decomposição do Pantanal”.

Na visão dos entrevistados, a proteção e a defesa do meio ambiente são deveres do Estado e também de toda a sociedade. A sobrevivência do Pantanal está diretamente ligada à união de esforços, ao trabalho conjunto, à capacitação e inclusão da comunidade pantaneira nas discussões. “Precisamos ouvir mais essas pessoas que estão no Pantanal e sabem lidar com o fogo. Eles fazem isso há 300 anos. Se for necessário queimar, que seja na época certa, que os aceiros sejam feitos corretamente. O Pantanal precisa de um muxirum, do ajuntamento de pessoas, umas ajudando as outras”, opinou José Medeiros.

Para o fotojornalista, as ações precisam ser discutidas com as pessoas que vivem no Pantanal, pois elas têm conhecimento sobre o bioma. Não adianta leis serem criadas de dentro de um gabinete. “Precisamos ir até o local para treinar a comunidade pantaneira, um grupo por vez, para estimular que cuidem da área. É um território muito grande e, depois que pega fogo, dificilmente vamos conseguir apagar. A ideia é que as pessoas cuidem da área, mesmo que não seja dela, que uma brigada local possa iniciar esse combate”, indicou.

De acordo com Ana Luiza Peterlini, Mato Grosso é um estado continental e o Corpo de Bombeiros, por maior esforço que faça, não consegue combater a quantidade expressiva de focos de incêndio. Ela defendeu que as comunidades pantaneiras sejam capacitadas para auxiliar nesse trabalho. “Quem tem que fazer o primeiro combate é a comunidade, o proprietário rural, que está mais perto e muitas vezes em um local de difícil acesso. Não adianta só querer acionar o Estado, porque depois que pega o fogo é muito difícil controlar nessa época de baixa umidade e calor”, propôs.

A promotora de justiça aproveitou para enfatizar que o Ministério Público de Mato Grosso atua em diversas frentes na defesa do Pantanal, inclusive em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) e com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Ela destacou a colocação de pontos de dessedentação e a construção de poços ao longo da rodovia Transpantaneira.

Divulgação



PANORAMA

O cenário é ruim, mas poderia ser ainda pior. “O Pantanal é o bioma mais preservado do país. Não é apenas porque já é um impacto grande uma vez que o Pantanal é muito mais frágil e diferente dos demais, mas nós temos uma área desmatada de 19% do total do bioma, considerando os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, podemos dizer que é um bioma preservado. No entanto, está sendo descoberto nos últimos anos, o que tem intensificado as degradações”, observou a promotora de justiça.

“O Pantanal é uma das regiões mais preservadas que temos. E, para que continue assim, precisamos cuidar das nossas nascentes, que estão no Cerrado. Precisamos dialogar, promover ações que sejam efetivas e não esperar o problema se agravar. Estamos tentando apagar o fogo não somente do Pantanal, mas de todo o país, tá tudo pegando fogo”, acrescentou José Medeiros.

Segundo Ana Luiza Peterlini, estudos apontam que o Pantanal perdeu quase

“Com absoluta certeza, o Pantanal está sob ameaça, principalmente em razão das alterações climáticas, que muitas vezes são causadas pelas ações do próprio homem”

70% da superfície de água nos últimos 35 anos e que a última cheia na região foi registrada em 2018. “Estamos vivendo um momento bastante crítico, que propicia incêndios florestais. Porque aquela área que antigamente era inundável não está inundando mais. E aquela massa seca, rica em matéria orgânica, fica suscetível a pegar fogo”, observou.

José Medeiros relatou que, por exemplo, esta época já era para a Transpantaneira estar com trechos cobertos pela água. “É uma grande mudança e em ritmo acelerado. O que está acontecendo agora tinha sido projetado para 2030. Precisamos de ações a curto prazo para fazer com que as pessoas e também as crianças entendam

um pouco que é o futuro delas que será afetado”, aconselhou.

A interdependência entre os biomas foi bastante enfatizada pelos entrevistados. Ana Luiza Peterlini defendeu que, quando se fala em Pantanal, é preciso pensar não somente na planície alagável. “O Pantanal é maior que isso. E as cabeceiras do Pantanal, as nascentes, estão fora dessa planície e não estão protegidas como é o bioma. Temos que agir para garantir que todo esse processo de inundação, esse fluxo de água, continue”, pontuou, revelando que já existe um trabalho em andamento nas cabeceiras do rio Cuiabá, de uso sustentável da área de proteção ambiental



“O Pantanal é uma das regiões mais preservadas que temos. E, para que continue assim, precisamos cuidar das nossas nascentes, que estão no Cerrado. Precisamos dialogar, promover ações que sejam efetivas e não esperar o problema se agravar. Estamos tentando apagar o fogo não somente do Pantanal, mas de todo o país, tá tudo pegando fogo”

e de combate à degradação.

Conforme a promotora, é preciso investir também na preservação do Cerrado. “Em termos de degradação, precisamos cuidar muito da região de planalto, uma vez que o planalto está contribuindo muito mais para a degradação da planície do que a própria planície, com algumas exceções”, afirmou. Ela lembrou que, recentemente, ocorreu um desmate químico no Pantanal de quase 100 mil hectares. “É uma forma muito agressiva e completamente ilegal, obviamente, de fazer uma atividade econômica, de transformar a vegetação nativa em pastagem”, reforçou.

CRIME AMBIENTAL

A promotora citou que o fogo passou a ser usado como forma de desmatamento. Que antigamente a pessoa desmatava e colocava fogo nos restos de vegetação e hoje coloca fogo diretamente na vegeta-

ção nativa. “O Pantanal não está tão afetado, mas a região noroeste do estado, por exemplo, está pegando muito fogo. É uma área de muita grilagem de terra, de muito desmatamento, de ocupação irregular, de invasões. E está tudo muito relacionado. Então, hoje, colocar fogo de forma criminosa, obviamente, é uma forma de desmatamento. Temos visto isso com muita nitidez, principalmente pelos locais onde está pegando fogo”, alertou.

De acordo com a promotora de justiça, o que contribui para a prática de crimes ambientais é a sensação de impunidade. “Os crimes ambientais, e não somente os incêndios, têm penas muito brandas na esfera criminal. Ainda é muito lucrativo cometê-los. Precisamos, de fato, de um olhar mais apurado para punir os infratores”, defendeu.

SUSTENTABILIDADE

No decorrer da entrevista, a promoto-

ra de Justiça Ana Luiza Peterlini frisou que a pecuária extensiva não é um problema para o bioma. “Ela é a atividade econômica própria para o Pantanal, pois existem muitos campos nativos próprios para criação de gado. O que não podemos ter, até porque a lei proíbe, é a agricultura. Porque, para plantarem ali, precisam drenar toda aquela água, o que é incompatível com o Pantanal. Outra atividade indicada é o turismo. O potencial turístico daquela região é absurdo”, considerou, acrescentando que a atividade é mais rentável que a pecuária.

Ela falou também sobre a Lei nº 8.830/2008, conhecida como “Lei do Pantanal”. Explicou que em 2022 a normativa foi alterada, o que foi objeto de questionamento por parte do Ministério Público. O procurador-geral de justiça ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) por entender que houve um retrocesso ambiental, com a retirada de proteções. “A lei foi questionada e recentemente fizemos um acordo sobre ela, que colocou fim às inconstitucionalidades apontadas. A nova redação dada atende à preservação do Pantanal e também ao desenvolvimento sustentável, por meio da pecuária e do turismo. Foi mantida a proibição das atividades que já eram proibidas”, explicou.

PROJETO PANTANAL +10

Outro tema abordado durante o programa foi o projeto Pantanal +10, idealizado pelo fotojornalista José Medeiros e apoiado com recursos destinados pelo MPMT por meio do Banco de Projetos e Entidades (Bapre) da instituição. “Estamos documentando as transformações do Pantanal durante 10 anos, de 2020 a 2030. De dois em dois anos traremos uma história. A primeira falava dos incêndios no Pantanal, com o tema ‘Céu e inferno em terras alagadas’. Agora estamos tratando das águas”, contou. Na fase atual, o projeto busca destacar a delicada interação entre a beleza natural, a fragilidade ecológica e os desafios enfrentados pelos habitantes em relação às águas.

O projeto Diálogos com a Sociedade é uma iniciativa do MPMT e conta com parcerias de empresas privadas. As entrevistas ao vivo ocorreram de segunda a sexta-feira, às 19h, até o dia 13 de setembro, transmitidas ao vivo pelo Portal Primeira Página da Rede Mato-grossense de Comunicação (RMC). ■

Estágio judicial

Juiz **Eduardo Calmon** demonstra a estagiários do Fórum de Cuiabá como é o trabalho de um magistrado

Da Redação

A Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (Esmagis-MT) realizou mais uma capacitação voltada aos estagiários do Fórum de Cuiabá. A aula, que integra o programa Estágio Judicial, foi ministrada pelo juiz Eduardo Calmon de Almeida César (auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça), que explicou aos alunos como elaborar sentenças e sobre o trabalho no gabinete de um juiz.

“Hoje eu estou ensinando a eles como fazer uma boa sentença cível, como estruturar uma boa sentença cível e como poder analisar todas as teses que são defendidas no processo”, explicou o magistrado.

O objetivo da atividade é capacitar os estagiários que, no futuro, poderão se tornar assessores de gabinete. “A capacitação deles é um pouquinho diferenciada dessa normal que é de cartório, sobre como juntar, como peticionar.. Aqui não, aqui ele vai trabalhar mais

esse lado de como sentenciar, despachar, como agir como magistrado”, assinalou a diretora-geral da Esmagis-MT, desembargadora Helena Maria Bezerra Ramos, que fez questão de acompanhar a abertura da capacitação.

Daniel Botassine, que atua há nove meses como estagiário da 4ª Secretaria do Juizado Especial, conta que a palestra ajudou a entender melhor como funciona o trabalho em um gabinete, diretamente com o juiz. “Eu escolhi fazer parte do curso, participar, para poder justamente ter essa vivência prática do que o juiz pode falar para a gente, de como que é a pessoa do juiz, que às vezes a gente imagina muita coisa de fora e tendo a oportunidade de conviver, de ouvir, de perguntar, de interagir, a gente acaba desmitificando algumas coisas e vendo na realidade, na prática, o que realmente é”.

Maria Antônia dos Reis está quase concluindo a faculdade e há um ano vive a experiência do Direito na prática. Ela atua como estagiária na 14ª Vara

Criminal e assistiu à palestra para buscar novos conhecimentos. “Ainda mais a gente que trabalha aqui no órgão público, no fórum, traz bastante conhecimento para a gente. Você consegue entender, consegue ter mais clareza.”

Os magistrados ressaltaram a importância dessa capacitação para a formação dos estagiários. “Quanto mais qualificação profissional houver para os jovens, nós teremos no futuro adultos desempenhando funções públicas, funções privadas, com muito mais qualidade, permitindo que assim a população possa receber um serviço muito mais eficiente e prestativo”, assinalou o juiz Eduardo Calmon.

“Essa prática complementa e muito o estudo. Eu fiz tudo isso, né? Eu falei para eles 'olha, eu cheguei à desembargadora e você também pode, por que não?'. Qualquer um pode, desde que queira realmente e se dedique”, com-





A aula foi ministrada pelo juiz Eduardo Calmon de Almeida César

“Eu escolhi fazer parte do curso, participar, para poder justamente ter essa vivência prática do que o juiz pode falar para a gente, de como que é a pessoa do juiz, que às vezes a gente imagina muita coisa de fora e tendo a oportunidade de conviver, de ouvir, de perguntar, de interagir, a gente acaba desmitificando algumas coisas e vendo na realidade, na prática, o que realmente é”

plementou Helena Ramos.

ESTÁGIO JUDICIAL

O programa de Estágio Judicial, organizado pela Esmagis-MT, nasceu no biênio 2021/2022, na administração do desembargador Marcos Machado. Foi iniciado como piloto em Várzea Grande e, posteriormente, expandido para a comarca de Cuiabá.

A iniciativa surgiu em razão da necessidade de qualificar estudantes de Direito para um melhor auxílio às unidades judiciárias e à magistratura de Primeiro Grau. Uma das finalidades é preparar os estagiários no desenvolvimento de suas habilidades, com a aplicação dos conhecimentos teóricos à prática judicante, numa interação interdisciplinar.

A atividade visa à transformação do estágio comum em nível diferenciado ao permitir que estudantes trabalhem

diretamente no gabinete do magistrado, aliando conhecimento teórico à prática judicial. O conteúdo que é apresentado não consta da grade curricular das faculdades de Direito. Assim, os estudantes selecionados para o Estágio Judicial têm conhecimento das atividades administrativas do foro e das atividades de um juiz de Direito, com aulas oferecidas por professores(as) juízes(as) de Direito, que se colocam à disposição da Esmagis-MT.

Dentre os diversos assuntos abordados estão: petição inicial, análise de requisitos básicos, hipóteses de rejeição, sistemas eletrônicos utilizados pelo Poder Judiciário de Mato Grosso, jurisdição e competência, processo e procedimento cível e criminal, técnicas básicas de despachos e decisões interlocutórias cíveis e criminais, técnicas básicas de sentenças cíveis e criminais, entre outros. ■



A proposta é de autoria do deputado estadual Valdir Barranco (PT)

Divulgação

Agricultura Familiar Jovem

Proposta propõe incentivos ao jovem agricultor em Mato Grosso

Da Redação

Está em tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) o Projeto de Lei nº 146/2024, que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Jovem. De autoria do deputado Valdir Barranco (PT), a proposta visa incentivar e apoiar jovens agricultores familiares, promovendo acesso facilitado ao crédito rural, assistência técnica especializada e outras políticas públicas essenciais para o desenvolvimento sustentável do setor agrícola.

O projeto foi aprovado na comissão de Agropecuária, Desenvolvimento Florestal e Agrário e de Regularização Fundiária e aguarda apreciação na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

O Pronaf Jovem é destinado a jovens agricultores familiares com idades entre 18 e 29 anos, que atuam em regime de agricultura familiar, conforme definido pela Lei nº 11.326, de 2006.

A proposta busca proporcionar uma série de benefícios, como o estímulo à sucessão rural, ao empreendedorismo e à inovação, às parcerias com instituições acadêmicas e promoção da participação em eventos agropecuários.

“O Pronaf Jovem é uma ação crucial para assegurar que nossos jovens permaneçam no campo e continuem a contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar. É fundamental reconhecer e valorizar o potencial desses jovens, oferecendo-lhes as ferramentas e o suporte necessários para inovar e prosperar na agricultura”, afirmou o deputado Valdir Barranco durante a apresentação da proposta.

O projeto de lei destaca a importância da permanência dos jovens nas atividades agropecuárias e a sucessão familiar, enfrentando desafios como o êxodo rural e o envelhecimento da população no campo. Além disso, tem como objetivo fomentar o empreendedorismo e a inovação,

proporcionando condições para que os jovens adotem novas práticas agrícolas e tecnologias sustentáveis. A capacitação e qualificação profissional também são pontos-chave, com a oferta de assistência técnica e parcerias com instituições de ensino e pesquisa.

Barranco ressaltou que “o Pronaf Jovem é um reconhecimento da importância estratégica da juventude rural para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do nosso estado. Precisamos garantir que nossos jovens tenham as oportunidades e o suporte necessários para se desenvolverem e contribuírem para a agricultura familiar, que é vital para nossa economia e nossa identidade cultural”.

O Projeto de Lei nº 146/2024 está alinhado com os esforços contínuos para fortalecer a agricultura familiar e apoiar os jovens no campo, promovendo um futuro sustentável e inclusivo para o setor agrícola. ■



Você sabe como funciona o
CONTROLE DE ACESSO?

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 CJ 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br

www.rdmonline.com.br | www.rdmnews.com.br